BID
Banco Interamericano
de Desenvolvimento

RETOMADA NOS MUNICÍPIOS

POR ONDE COMEÇAR

RESUMO

Os municípios no Brasil estão diante de uma complexa realidade socioeconômica em virtude da pandemia, com desemprego e urgências sanitárias que vão emergindo a partir de uma segunda curva pandêmica. Nesse sentido, mesmo diante de tantos desafios a endereçar, estabelecer o foco em alguns elementos da gestão pública pode resultar em uma abordagem mais pragmática para a retomada da economia e dos índices de qualidade de vida dos cidadãos, tanto do ponto de vista imediato quanto dos próximos meses e anos. Esta publicação reúne sugestões de áreas a dedicar mais atenção nos próximos meses, tendo a inovação e o empreendedorismo como elementos transversais, e reunindo material técnico orientado a ajudar as cidades neste período único da história recente, assim como material multimídia de maneira sintética e esquemática, porém compreensiva dos problemas que mais afligem a população.

Códigos JEL: H83, H75, J08, O18, E62, O13, Q53, O3, L26
Palavras-chave: gestão municipal; serviços públicos; saúde, economia, emprego, educação, desenvolvimento urbano, habitação, transformação digital, gestão fiscal, infraestrutura, mobilidade, energia, saneamento, segurança, inovação, empreendedorismo.

APRESENTAÇÃO

Ao assumirem as prefeituras em 2021, os novos gestores e os gestores reeleitos se depararam com uma complexa realidade socioeconômica em virtude da pandemia, com desemprego e urgências sanitárias que vão emergindo a partir de uma segunda curva pandêmica. Podemos resumir que, neste quadro apreensivo, os desafios destes gestores, especialmente aqueles de cidades pequenas e médias são priorizar e optar por ações concretas que possam ser implementadas.

Todas as necessidades são importantes, não há dúvidas. Entretanto, o estabelecimento de foco em alguns elementos da gestão pública pode resultar em uma abordagem mais pragmática para apoiar os municípios na retomada da economia e dos índices de qualidade de vida de seus cidadãos, tanto do ponto de vista imediato, quanto prospectando as condições necessárias para uma recuperação consistente nos próximos anos.

Essa recuperação econômica também deve ser sustentável, introduzindo medidas simples de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Assim, a retomada econômica trata da redução de despesas nos cofres públicos, possibilidades de crescimento econômico e geração de emprego e renda.

Apresentamos nesta publicação sugestões de áreas a dedicar mais atenção nos próximos meses, tendo a inovação e o empreendedorismo como elementos transversais, reunindo produtos de conhecimento e material técnico do BID e de parceiros, iniciativas de organizações dedicadas a ajudar às cidades neste período único da história recente, e material multimídia de maneira sintética e esquemática, porém compreensiva aos problemas que mais afligem a população.

É nas cidades onde tudo acontece, e no BID estamos comprometidos a atuar de maneira multissetorial, tendo os cidadãos como centro das intervenções e iniciativas que apoiamos. No cenário atual de apreensão em que nos encontramos, acreditamos que a priorização é uma maneira construtiva de criar as bases da sociedade que queremos quando as emergências se dissiparem. Esperamos que os gestores municipais encontrem neste material, de acordo com a sua realidade e necessidades locais, conteúdo útil para dirigirem esta jornada.

Morgan Doyle
Representante do Grupo BID no Brasil

BRASIL

DESAFIOS DA PANDEMIA AGRAVAM UMA SITUAÇÃO JÁ COMPLEXA

ANTES DA PANDEMIA

- Crescimento baixo e volátil
- Desigualdade e pobreza elevadas
- Alta dívida pública e setor público ineficiente
- Vulnerabilidade às mudanças climáticas
- Produtividade estancada por diferentes fatores:
  - Baixa qualidade da infraestrutura
  - Formação inadequada dos trabalhadores
  - Economia fechada ao comércio internacional
  - Clima de negócios anacrônico
  - Crédito insuficiente

IMPACTOS DA PANDEMIA

- Recessão (crescimento de -4,36% em 2020)
- Taxa de desemprego atingindo 14,6% em outubro 2020
- Mais de 5,4 milhões de brasileiros poderão entrar em situação de extrema pobreza
- Dívida pública superior a 95% do PIB
- Déficit primário superior a 10% do PIB
- Mais de 780 mil empresas já declararam insolvência em 2020

PROPOSTAS DE RETOMADA

01 SAÚDE

02 ECONOMIA E EMPREGO

03 EDUCAÇÃO

04 DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

05 TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

06 FISCAL

07 INFRAESTRUTURA
- I. SERVIÇOS DE MOBILIDADE
- II. ENERGIA
- III. SANEAMENTO BÁSICO

08 SEGURANÇA CIDADÃ

09 ÁREA TRANSVERSAL: INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

01

SAÚDE

SAÚDE

PRIORIDADE MÁXIMA

Controlar a pandemia reforçando a rede de atenção à saúde e utilizando mecanismos de rastreamento de infectados e monitoramento de contato:
A atenção básica à saúde deve incluir atendimento de problemas relacionados ou agravados pelo confinamento, como doenças crônicas, atenção à gravidez, saúde psicoemocional e violência doméstica;

- Disponibilizar canais telefônicos ou digitais – como *WhatsApp* – para acompanhamento psicológico.

Capacitar profissionais da saúde e preparar a população para a **vacinação** contra a COVID-19:

- Envolver outros atores sociais e suas respectivas instituições - educadores, conselhos regionais, líderes comunitários e rádios locais - como transmissores de informação para a importância da vacinação; e
- Coordenar com autoridades competentes a logística da vacinação, desde a infraestrutura inicial para atender à demanda, até o descarte adequado do material utilizado.

Adotar ações de informação e prevenção direcionadas à população de acordo com os protocolos sanitários do Ministério da Saúde:

- Capacitação de líderes comunitários para manejar a emergência;

Desenvolver ações integradas com municípios vizinhos de forma a **reorganizar uma rede hospitalar** mais complementar e eficiente:

- Ressignificar a função de cada hospital em prol de maior eficiência da rede, com atenção voltada às necessidades básicas locais, objetivando o deslocamento mínimo do usuário.

Priorizar o investimento em áreas estratégicas da rede de atenção à saúde do município:

- Monitorar a **capacidade de atendimento** de acordo com a trajetória local da pandemia;
- Manter controles adequados da **entrada de visitantes** em municípios turísticos, principalmente na alta temporada, sempre equacionando a disponibilidade de leitos e o fluxo de visitantes; e
- Apoiar o uso de aplicativo gratuito, garantindo acesso dos habitantes às informações oficiais em relação à COVID-19. Sugestão de ferramentas de atenção à saúde e monitoramento: Farol COVID e Coronacidades.

Identificar e mapear unidades habitacionais com maior superlotação e insalubridade, com levantamento e cadastro da população de risco e migrantes;

Habilitar espaços para cuidados e isolamento da população de risco.

02

ECONOMIA E EMPREGO

ECONOMIA E EMPREGO

Fornecer assistência técnica e financeira para a recuperação de unidades produtivas, priorizando os setores mais afetados pela crise e/ou aqueles com maior participação no PIB municipal e as PME's:

- Oferecer cursos de curta duração e workshops de gestão financeira para profissionais e empreendedores do turismo, pequenos agricultores e outras atividades sazonais.

Qualificar mão de obra com foco no que é demandado pelo setor produtivo local para conciliar oferta e demanda:

- **Capacitar mão de obra por meio de cursos técnicos** para novas especialidades derivadas da crise e outros (SEBRAE, SENAI, SESI, Institutos Federais);
- Capacitar indivíduos menos qualificados em habilidades necessárias para obter um bom emprego;
- **Fortalecer mecanismos de busca formal de emprego**, tanto pelos empregadores quanto pelos trabalhadores (como, por exemplo, as agências SINE).

Adotar protocolos de biossegurança para acelerar a reabertura da atividade econômica de forma segura, no curto prazo e, com frequência, no médio prazo, reavaliar e adaptar tais protocolos:

- Reforçar a transparência na comunicação com a população a fim de persuadir e influenciar o comportamento social na busca de engajamento aos planos e protocolos de reabertura.

Adaptar os espaços públicos do município para comércio local em áreas abertas;

Reavaliar a alocação das políticas de transferências, buscando maior focalização e eficiência, e cruzando incentivos de qualificação. Priorizar investimentos em:

- Setores intensivos em mão de obra, com alta empregabilidade no curto prazo, como o setor de construção; e
- Atividades de *expertise* do município.

Estabelecer mecanismos de cooperação e parcerias público-privadas para atrair turistas de regiões próximas:

- Divulgar em sites e redes sociais da prefeitura e de parceiros os protocolos e as medidas de segurança adotadas no município e, principalmente, nos serviços turísticos locais.

Adotar boas práticas ambientais, usando a oportunidade de reformulação dos setores mais atingidos pela crise para reconstruí-lo de forma mais sustentável, incluindo a promoção da construção verde garantindo sustentabilidade, redução do impacto climático e custos menores de operação e manutenção para os moradores, usuários e gestores;

Estimular a priorização de projetos sustentáveis para retomada do crescimento e recuperação econômica. O BID vem trabalhando por meio do Infrainvest para alavancar investimentos para infraestruturas sustentáveis em municípios;

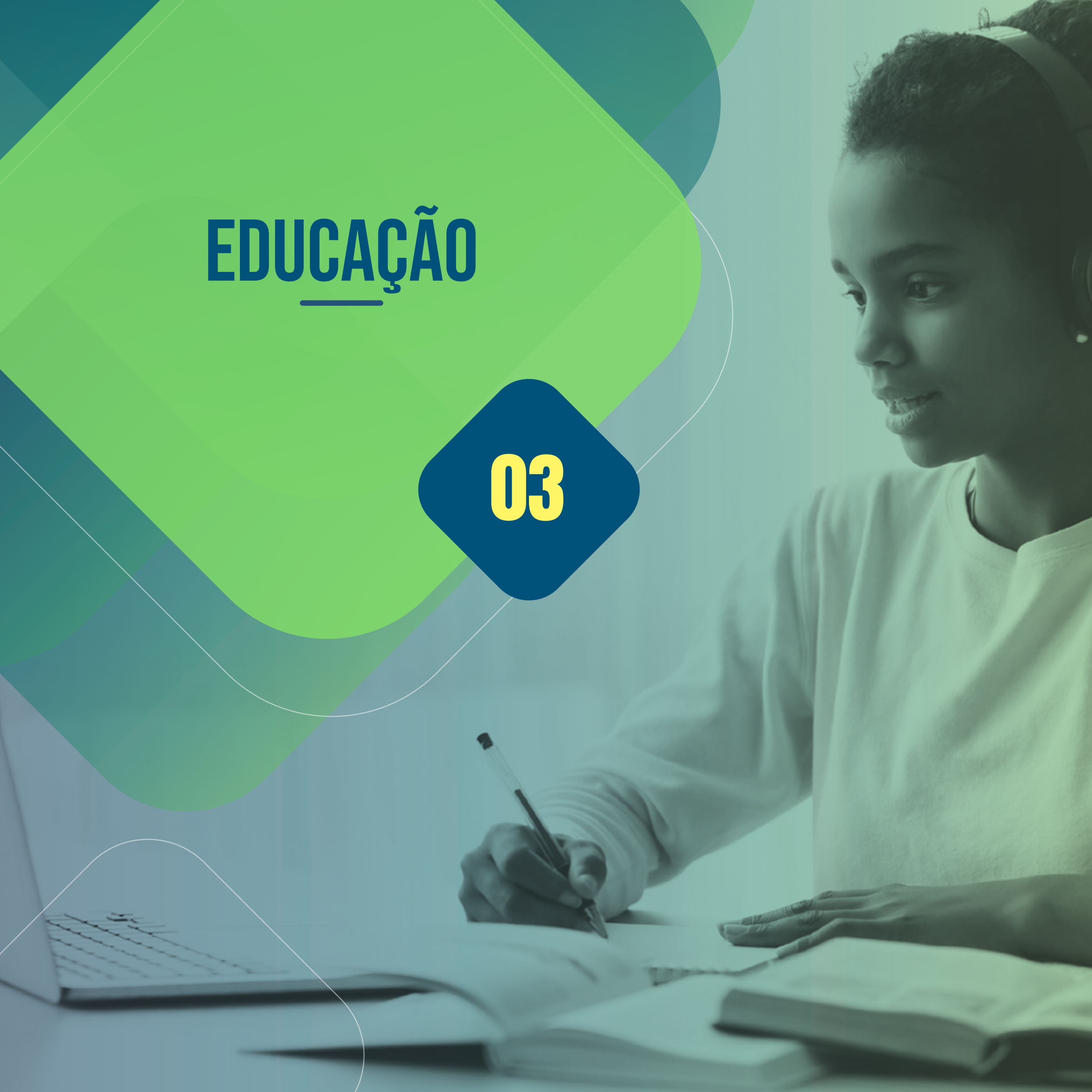
Estimular e facilitar a entrada de novos empreendedores **no mercado local** e fortalecer os mecanismos de comércio intermunicipal;

Estimular a participação de trabalhadores do bairro nos comércios de vizinhança – gastronomia, artesanato, serviços de cuidados pessoais – incluindo medidas de segurança e higiene:

- Divulgar na página virtual da prefeitura, rádio, jornais locais e redes sociais os bens e serviços prestados ou produzidos pelos moradores;
- Estimular parcerias comerciais além das fronteiras do município; e
- **Priorizar trabalhadores com dificuldade de inserção no mercado de trabalho** como, por exemplo, mulheres negras, mães solteiras, comunidade LGBT e negros.

EDUCAÇÃO

03



EDUCAÇÃO

Reestruturar escolas para que o retorno dos alunos e profissionais de educação ocorra sob condições seguras e em acordo com os protocolos sanitários. Sugestões de ferramentas:

- ara monitorar e definir estratégia de reabertura da rede de ensino – Escola Segura;
- Para informações básicas para professores, pais e alunos sobre procedimentos para a reabertura das escolas – Escola Sem Coronavírus;

Adequar os calendários e os espaços **escolares**: estender o ano escolar ou, temporariamente, a jornada diária de aulas:

- Priorizar o currículo no próximo ano letivo, utilizando os Mapas de Foco da BNCC, focando nas habilidades mais estruturais;
- Adaptar espaços públicos para aulas ao ar livre, principalmente em municípios menores.

Utilizar recursos digitais disponíveis na plataforma Aprendendo Sempre:

- Diagnosticar os gaps de aprendizagem dos alunos, utilizando a Plataforma de Apoio a Aprendizagem;
- Elaborar ações específicas para os grupos de alunos que apresentarem maiores defasagem escolar; e
- Adotar outras plataformas digitais gratuitas (*WhatsApp, Telegram, Google Classroom, Google Meet*) e redes sociais para aulas online e divulgação de material, mantendo o contato dos professores com seus alunos.

Implementar **programas de tutoria** como o Busca Ativa Escolar, com ações de visitas domiciliares que deem suporte pedagógico, como a distribuição de material impresso e de alimentos – kits merendas, que seriam fornecidos no ensino presencial. A busca ativa pode e deve ser integrada com outras áreas de assistência como, por exemplo, conselho tutelar, equipe de enfermagem e policiais, em caso de necessidade, a fim de evitar a evasão escolar, dando condições dignas às crianças e adolescentes;

Definir novos incentivos para os futuros professores para melhorar a **qualidade do ensino**, sobretudo para crianças carentes, visando sistemas de alocação de professores de forma eficiente e equitativa;

Reformar o sistema de ensino para refletir as tendências tecnológicas, assim como avaliar as oportunidades dos ganhos tecnológicos devido à COVID-19 para tornar o ensino híbrido uma realidade local.

DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

04

DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

Desenvolver ações de auxílio técnico e linhas de crédito (incluindo linhas sociais, verdes e sustentáveis) voltadas à melhoria dos espaços urbanos e habitação, principalmente para a população que vive em situação precária;

Melhorar as condições sanitárias de populações em estado de vulnerabilidade por meio de pequenas intervenções de infraestrutura urbana para o acesso à água tratada e esgoto, além de programas para o manejo adequado de resíduos sólidos, promovendo uma maior adaptação e resiliência do sistema de saneamento;

Instalar pontos temporários de higiene e saúde no espaço público, para limpeza das mãos, fornecimento de álcool em gel e máscaras, principalmente em locais de práticas de atividade física ou que apresentem condições precárias;

Incentivar a mobilidade ativa, melhorando as condições de infraestrutura urbana para pedestres e ciclistas;

Reavaliar o uso dos espaços públicos, principalmente aqueles degradados ou destinados ao transporte motorizado individual, de forma a que, diante das imposições decorrentes da pandemia, ofereçam benefícios sociais, comerciais e de saúde à população de maneira inclusiva;

Requalificar **espaços subutilizados** para atender às necessidades da população:

- Avaliar a disponibilidade de ativos públicos e privados subutilizados (ginásios, hotéis etc.) para uso como centros de apoio a ações de combate à pandemia;

Buscar parceria no setor privado para as ações de desenvolvimento urbano e habitação, com a perspectiva de novas oportunidades de negócios e empregos;

Promover a alocação optimizada de recursos e respostas urbanas mais adequadas à gestão da pandemia e da retomada econômica por meio de políticas públicas orientadas por dados;

Fomentar maior integração entre planejamento sustentável urbano, melhorando a qualidade de infraestrutura e serviços de mobilidade, energia e saneamento;

Promover projetos de infraestrutura sustentável para facilitar a mobilização de investimentos verdes para projetos de mobilidade, energia e água e saneamento.

05

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Elaborar um cadastro digital **com informações da população local** para auxiliar na coordenação de serviços de assistência: acesso à internet, condições alimentares e de saúde, frequência escolar, etc.

Promover o **cadastro dos cidadãos no portal** gov.br para acesso a serviços digitais fundamentais do Governo Federal, assim como ferramentas de identificação e assinaturas digitais em parceria com o Governo Estadual;

Investir em conectividade priorizando regiões mais carentes para promover um acesso mais equitativo à internet:

- Promover anéis urbanos de fibra ótica compartilhada;
- Promover a locação de antenas nos espaços mais adequados do município, modificando o marco normativo, caso necessário;
- Alavancar infraestrutura de propriedade municipal (redes de fibra ótica, mas também prédios, direitos de via, rede de metrô) para fortalecer a conectividade nos espaços públicos.

Promover a digitalização comercial para evitar contato direto e fornecer serviços de forma menos burocrática e mais segura:

- Oferecer programas digitais para as PME's para que possam se beneficiar do comércio eletrônico;
- Sugestão de capacitação digital: SEBRAE.

Adotar tecnologias digitais em processos administrativos da gestão pública, o que garante a continuidade desses serviços com diminuição de custos, a fim de otimizar as atividades e ampliar a transparência:

- Utilizar plataformas e aplicativos para agendar entregas, consultas, retirada de documentos, etc.;
- Procurar parcerias para disponibilizar rapidamente serviços digitais chave de forma simples: Digi/Gob;

Aproveitar as GovTech e o SaaS (software como serviço) como opção eficiente e efetiva de atingir resultados rapidamente, a baixo custo e sem ter uma equipe técnica especializada na prefeitura em áreas como: gestão fiscal, gestão operativa e gestão educativa, entre outras;

Promover programas de alfabetização digital, mobilizando parte do funcionalismo público ou voluntários para auxiliar a população no uso dos aplicativos digitais por meio de visitas domiciliares, tutoriais *online* ou pontos de auxílio em locais públicos abertos:

- Essas medidas irão evitar aglomerações em centros urbanos e contribuir para o controle da pandemia, além de gerar capacidades essenciais na população para uma melhor adaptação ao mundo digital.

06

FISCAL

FISCAL

Avaliar a situação fiscal do município em relação à receita própria e de transferência, nível de endividamento, volume e natureza dos gastos para direcionar as decisões de governo;

- Direcionar subsídios fiscais apenas às empresas mais produtivas e àquelas que reúnam condições de solvência, bem como de setores que promovam tecnologia e baixa emissão de carbono.

Adotar medidas para **melhorar a transparência fiscal**;

Identificar fontes de transferências de recursos dos governos federal e estadual, incluindo fontes direcionadas à adaptação e mitigação de mudanças climáticas;

Buscar e facilitar a entrada de novas entidades creditícias nos municípios:

- Buscar novas fontes de financiamento faz-se necessário dado o comportamento pró cíclico dos bancos, que tendem a aumentar os juros ou reduzir as concessões de crédito diante do aumento do risco;
- Fomentar instrumentos financeiros verdes que possam atrair investidores privados, bem como mecanismos de financiamento sustentável por meio de consórcios municipais para atrair investimentos privados para projetos de infraestrutura sustentável por meio de concessões ou PPPs.

Avaliar a qualidade e segurança dos processos dos sistemas de administração tributária para melhorar os controles e resultados da arrecadação:

- Potencializar o uso dos dados do cadastro das empresas da REDESIM para a melhoria da cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS);
- Revisar o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), atualizar cadastro, que deve ser multifinalitário, e a planta de valores para refletir os valores atuais de mercado e disparidades do município; e
- Utilizar mecanismos de captura de valor da terra, como a Contribuição por Melhoria.

Avaliar a qualidade das informações e segurança do sistema de administração financeira para melhorar as práticas contábeis e o controle dos gastos públicos;

Racionalizar despesas e melhorar a qualidade do gasto público:

- Analisar a folha de pagamento para eliminar erros e duplicidades;
- Reestruturar o gasto com folha de pagamento para que fique mais alinhado com o mercado de trabalho e com as necessidades do setor público nessa nova etapa;
- Avaliar a gestão das compras públicas para identificar oportunidades de melhoria, incluindo compras compartilhadas com outros municípios por meio de consórcios públicos e compras verdes; e
- Retomar ou adotar uma agenda transparente de reformas do gasto público, evitando a perpetuidade de medidas extraordinárias que apenas tratam os sintomas dos desequilíbrios fiscais;
- Introduzir medidas sustentáveis dentro de tarifas e programas e políticas que reduzam os gastos e tragam economias para os cofres públicos.

Buscar auxílio para aprimorar a gestão técnica e financeira do município em programas como Programa Nacional de Administração Financeira Municipal (PNAFM).

07

INFRAESTRUTURA

INFRAESTRUTURA

SERVIÇOS DE MOBILIDADE

Investir em infraestrutura de transportes e tecnologias, priorizando o sistema de transporte coletivo (corredores de ônibus, metrô, ampliação de terminais, intervenções viárias, ciclovias, semáforos inteligentes, câmeras de monitoramento, etc):

- Programa de Investimento em gestão de infraestrutura pública para municípios do BID através do Banco do Brasil para intervenções específicas e com valor-teto de 7 milhões de dólares por empréstimo, para cidades com menos de 500 mil habitantes;
- Adotar protocolos de segurança e saúde nas obras públicas, para evitar disseminação da COVID-19.

Apoiar a incorporação de resiliência climática a projetos de infraestrutura e de outros setores prioritários, diminuindo a exposição a eventos climáticos.

Racionalizar o sistema e melhorar a qualidade dos serviços de mobilidade urbana:

- Dialogar com operadores de transporte coletivo para avaliar o impacto do isolamento social na redução dos passageiros transportados e na situação financeira dos operadores, já que é um serviço essencial para as cidades;
- Avaliar itinerários, frequências e perfil da oferta de serviços face à demanda por transporte, procurando identificar serviços complementares e concorrentes e protocolos de segurança e saúde para evitar a contaminação por COVID-19;
- Implementar soluções digitais inovadoras para os serviços de mobilidade, incluindo meios eletrônicos de pagamento, compartilhamento de veículos (automóveis, bicicletas, patinetes, outros).

Políticas públicas para gestão de tráfego nas cidades, incluindo iniciativas de segurança no trânsito para redução de acidentes, redução de emissões de CO^2, redução dos custos operacionais, promoção da mobilidade ativa e atração de investimentos privados;

Investir em segurança viária. O BID tem parceria com iRAP para iniciativas de segurança viária na ALC e, em 2020, começou a aplicar a ferramenta *"Star Rating for Schools (SR4S)"* no Brasil, que *"apoia intervenções rápidas que salvam vidas e previnem ferimentos graves desde o primeiro dia"* (Avaliação com estrelas para escolas)

ENERGIA

Melhoria da eficiência energética:

- Reduzir custos de iluminação pública. Existem tecnologias já aplicadas no Brasil, documentadas pelo BID, que permitem economizar até 50% nos custos relacionados à iluminação, melhorando também sua qualidade;
- Implementar tecnologias eficientes nos prédios públicos, particularmente com foco em ar acondicionado, o que permite economizar recursos.

Geração solar distribuída. A normativa atual permite aos municípios gerar energia nos prédios públicos onde ela é consumida, diminuindo desta forma os custos, e promovendo a sustentabilidade. Particularmente, a tecnologia solar fotovoltaica já é competitiva, e de fácil instalação e manutenção:

- O BID desenvolveu um guia passo a passo para a instalação de paneis fotovoltaicos em prédios públicos no Brasil.

ENERFLIX. Plataforma do BID para apoiar os municípios a desenvolver soluções em eficiência energética, geração distribuída e iluminação pública. A plataforma é grátis e conta com cursos, ferramentas e um passo a passo para a elaboração de projetos;

Programa de Investimento em gestão de infraestrutura pública para municípios do BID através do Banco do Brasil para intervenções específicas e com valor-teto de 7 milhões de dólares por empréstimo, para cidades com menos de 500 mil habitantes. **Projetos de eficiência energética, geração distribuída e iluminação pública são elegíveis.**

SANEAMENTO BÁSICO

Melhorar o acesso da população a serviços de água, esgotamento sanitário e gestão de resíduos sólidos, incluindo medidas de proteção sanitária contra a COVID-19:

- Programa de Investimento em gestão de infraestrutura pública para municípios do BID através do Banco do Brasil para intervenções específicas e com valor-teto de 7 milhões de dólares por empréstimo, para cidades com menos de 500 mil habitantes. **Projetos de saneamento básico são elegíveis**;
- Promover as PPPs e concessões para a prestação de serviços de água, esgotamento sanitário e gestão de resíduos sólidos. O BNDES tem um robusto programa de apoio aos municípios.

Melhorar a eficiência e sustentabilidade operacional da prestação dos serviços de água e esgotamento sanitário:

- Programas de redução de perdas físicas de água pelos municípios e SAAEs utilizando tecnologias inovadoras (inteligência artificial, imagens de satélite e outras para detecção de vazamentos invisíveis, que representam 90% das perdas físicas totais). Os projetos são simples e o Brasil abriga várias *startups* que prestam serviços de detecção de vazamentos. Os resultados são rápidos e de alta rentabilidade financeira;
- Implantação de medidas de eficiência energética para otimizar e reduzir consumos de energia dos sistemas. Os municípios podem, por meio das SAAEs, trocar motores por sistemas mais eficientes, fazer *retrofit* entre outras medidas;
- **Acelerar a inovação e a transformação digital da prestação de serviços de infraestrutura de saneamento básico**. Soluções digitais inovadoras na administração, operação e comercialização dos serviços de saneamento básico, incluindo teletrabalho, controle operacional automatizado dos sistemas, meios eletrônicos de pagamentos e atenção de clientes e outros.

Melhorar a sustentabilidade da infraestrutura crítica com geração de emprego a fim de contribuir para a recuperação econômica, por meio de programas de manutenção corretiva de infraestrutura crítica de saneamento básico, com uso intensivo de mão de obra.

08

SEGURANÇA CIDADÃ

SEGURANÇA CIDADÃ

Analisar os possíveis aumentos de violência e alterações no crime em razão da crise econômica através de um **Gabinete Integrado de Segurança e um Observatório Municipal para monitorar mensalmente os indicadores de violência**, estruturando planos integrados para crimes contra pedestres, veículos e comércios;

Dar poder de polícia administrativa e capacitar as Guardas Municipais para fiscalizarem as regulamentações sobre regras de distanciamento social e prevenção à COVID-19;

Criar soluções digitais e uma rede para facilitar denúncias de Violência Contra Mulher em estabelecimentos comerciais e estimular as denúncias voltadas para as mulheres e testemunhas;

Treinar professores, agentes de saúde e assistentes sociais para realizarem detecção de violência contra crianças e estruturar a rede de atendimento.

09

INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Implementar instrumentos de Inovação Aberta e adotar a Compra Pública de Inovação **(encomendas tecnológicas)** como forma de aumentar a relação custo/efetividade dos gastos públicos e para acelerar a transformação digital do setor público:

- Estimular políticas de enfrentamento à crise a partir do **empreendedorismo jovem e de concursos para a solução de desafios em verticais estratégicos da administração pública**.

Investir em programas de empreendedorismo em parceria com o setor **privado** para repensar modelos de negócios em cadeias produtivas afetadas pela crise. Fomentar as *startups* como parte da solução para superar a crise;

Apoiar mecanismos de inovação social (a partir da perspectiva do usuário) como mecanismo de aumento de participação da sociedade civil;

Investir na atração e retenção de talento altamente qualificado em todos os setores econômicos a fim de acelerar a recuperação econômica em cadeias produtivas;

Promover a **criação de um laboratório de inovação pública no município - tendência no Brasil** e no mundo – sensível às diferentes necessidades das pessoas e que contemple os direitos dos cidadãos;

Apoiar o desenvolvimento de **mecanismos e ferramentas de financiamento verde.**

CONCLUSÃO

Como toda crise, a pandemia oferece a oportunidade de traçar um novo pacto social junto à sociedade, que possa tornar crível a promessa de maior equidade e crescimento sustentável, por meio de medidas de proteção social para as populações mais vulneráveis a choques.

Nesse sentido, é importante conduzir a economia política evitando perenizar benefícios a grupos que possuem condições de se ajustar à nova realidade, ao mesmo tempo em que se aumenta o apoio focalizado aos que mais precisam. É igualmente importante preparar a população para outros desafios que irão surgir, como as mudanças climáticas, ondas migratórias, defasagem digital, entre outros.

Será crítico encontrar um equilíbrio entre o papel do Estado durante a recuperação—por exemplo, por meio de estratégias eficientes para lidar com risco de crédito no setor real, assim como permitir que incentivos de mercado atuem na realocação de recursos – chave para uma recuperação sustentada e resiliente.

Como é recomendável diante de cenários incertos, os gestores públicos deverão estar dispostos a experimentar, aprender e ajustar rapidamente suas decisões após o aprendizado em decorrência da pandemia.

Não menos importante, as deficiências estruturais de produtividade que limitam o crescimento sustentado não poderão ser solucionadas pelas medidas emergenciais. Por isso, faz-se necessário promover a adaptabilidade e flexibilidade do setor privado para além da lógica emergencial – de tentar preservar ou "congelar" a estrutura produtiva como resposta imediata.

Copyright © 2021 Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons IGO 3.0 Atribuição-NãoComercial-SemDerivações (CC BY-NC-ND 3.0 IGO) (https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/igo/legalcode) e pode ser reproduzida com atribuição ao BID e para qualquer finalidade não comercial. Nenhum trabalho derivado é permitido.

Qualquer controvérsia relativa à utilização de obras do BID que não possa ser resolvida amigavelmente será submetida à arbitragem em conformidade com as regras da UNCITRAL. O uso do nome do BID para qualquer outra finalidade que não a atribuição, bem como a utilização do logotipo do BID serão objetos de um contrato por escrito de licença separado entre o BID e o usuário e não está autorizado como parte desta licença CC-IGO.

Note-se que o link fornecido acima inclui termos e condições adicionais da licença.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de sua Diretoria Executiva, ou dos países que eles representam.

Autores: Ana Beatriz Figueiredo, Arturo Alarcón, Bruno de Araujo Aragaki, Clementine Tribouillard, Dalve Alves, Dea Fioravante, Diego Arcia, Eduardo de Azevedo, Fernando de Araujo Esteves, Gustavo Mendez Torrico, Ian Mac Arthur, Janaina Goulart, João Cossi, Jose Luiz Rossi, Juliana Bettini, Livia Gouvea, Maria Cristina Mac Dowell, Mariano Lafuente, Michael Hennessy, Morgan Doyle, Rafael Cavazzoni Lima, Renata Chamarelli, Rodrigo Serrano-Berthet, Vanderleia Radaelli

BID

Banco Interamericano
de Desenvolvimento